

## **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Andréia Amorim de Lima (1); Ana Cristina Silva Soares (4)

*Universidade Estadual Vale do Acaraú, andyamorym@gmail.com (1); Universidade Estadual Vale do Acaraú, soares\_cristina@uvanet.br (4)*

### **INTRODUÇÃO**

O principal objetivo deste trabalho é analisar o processo de inclusão em duas escolas públicas de educação básica, localizadas na cidade de Mucambo, Estado do Ceará. Os objetivos específicos são: discutir a diferença entre integração e inclusão e comparar respostas de duas escolas sobre o processo de inclusão de alunos com deficiências.

A inclusão de crianças com deficiências na escola de ensino regular é um tema de grande relevância e tem sido bastante discutido na contemporaneidade por gerar muitas dúvidas aos professores e representar um grande desafio às escolas públicas regulares, pois estas se encontram frente ao desafio de preconizar as mudanças necessárias para atender às diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos vários ritmos de aprendizagem, respeitando as habilidades de cada criança, desenvolvendo métodos capazes de educar com eficiência a todos os alunos, inclusive os com deficiência, proporcionando-lhes uma aprendizagem por meio de estratégias de ensino com o uso de recursos pedagógicos específicos. Mantoan (2003) diz que,

“[...] a inclusão não se restringe à inserção de alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Uma das condições necessárias para que essas instituições sejam realmente inclusivas, ou seja, de todos e para todos, é a flexibilização dos critérios de admissão e de permanência nos ambientes escolares. [...] o que se espera da escola é que seus planos sejam definidos por uma educação para a cidadania global, livre de preconceitos, a qual dispõe a reconhecer e a valorizar as diferenças, a incompletude, a singularidade dos seres humanos, ideias essenciais para se entender a inclusão.” (*apud* MITTLER, 2003, p. 9-10)

No que diz respeito à inclusão, Mantoan (2006), conforme citado por Mendonça (2015), ressalta que “a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”. Isto significa dizer que o processo de inclusão implica mudanças de perspectiva educacional, visto que, não atinge e não se limita a ajudar apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprendizagem, mas todos em geral,

envolvendo toda a comunidade escolar e demais alunos. Mantoan (2008, p. 19, apud MENDONÇA, 2015) salienta que “a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Neste sentido, a escola tem o dever de acolher a todas as crianças com deficiência, adaptando-se aos seus estilos de aprendizagem, reconhecendo e respondendo às suas necessidades.

Saber a distinção entre os conceitos de integração e inclusão representa um bom começo para se esclarecer o processo de implantação de projetos inclusivos e de transformação das escolas. Na integração, de acordo com Mittler (2003),

“O aluno deve adaptar-se à escola, e não há necessariamente uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diversidade cada vez maior de alunos. A integração significa tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino [...]”. (MITTLER, 2003, p.34)

Isto é, em todos os níveis de escolarização, os alunos com deficiência terão que acompanhar e fazer o possível para cumprir as regras e as normas, bem como, acompanhar o funcionamento do sistema regular de ensino para ter direito a um lugar na escola. É um modelo que não se questiona nem preconiza a mudança.

Já a inclusão, ainda de acordo com este autor,

“[...] implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o *background* social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.” (MITTLER, 2003, p. 34)

Para Mittler (2003, p. 16-17),

“A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar a todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo ‘necessidades educacionais especiais’. [E prossegue:] A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.”

Segundo Sasaki (1998, p. 8, apud MENDONÇA, 2015), “a inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam como se não fossem deficientes”. Mas, será

que é realmente isso que está acontecendo? As escolas estão preparadas para acolher essas crianças? Essas crianças são realmente incluídas ou apenas integradas? E os professores estão recebendo formação docente para lidar com essas crianças em suas salas de aula?

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é um estudo preliminar sobre inclusão e acessibilidade na Educação Básica e no Ensino Superior, o qual faz parte do “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão, Acessibilidade, Deficiência, Práticas Pedagógicas”, vinculado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). No entanto, o objetivo principal deste estudo foi analisar o processo de inclusão em duas escolas públicas de educação básica, localizadas na cidade de Mucambo, Estado do Ceará.

A pesquisa desenvolvida foi de natureza exploratória-descritiva que envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2009). Além disso, também exige algumas informações sobre o que se pretende pesquisar. Para a coleta das informações procedeu-se à análise de uma entrevista composta por cinco questões abertas e conversas informais com a gestão escolar acerca da inclusão no âmbito educacional, bem como observações *in lócus*.

Para a produção deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando-se como referencial teórico as contribuições de Mantoan (2003; 2006; 2008), Mittler (2003) e Sasaki (1998).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para a apresentação dos resultados, aqui neste trabalho, foi realizado um estudo preliminar empírico no sentido de analisar o processo de inclusão em duas escolas públicas de educação básica e comparar respostas de duas escolas sobre as questões da inclusão e dos alunos com deficiência. Para isso, os dados analisados possibilitaram elaborar um quadro comparativo de cinco aspectos observados, os quais evidenciaram que a prática da inclusão no espaço escolar vem se efetivando sem a infraestrutura adequada e necessária aos projetos inclusivos, tanto no tocante aos aspectos físicos e materiais quanto da formação docente.

## QUADRO: RELAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS PESQUISADAS.

ELEMENTOS OBSERVADOS	ESCOLA SANTA MARIA	ESCOLA SANTA CLARA
Quanto à presença de alunos com deficiência	A escola atende a um aluno TEA e outro com surdez severa, ambos têm três anos de idade.	A escola possui um aluno TEA de três anos de idade.
Quanto ao espaço físico	Apresenta adaptação física; ambiente acessível (possui banheiros para cadeirantes, rampas dando acesso a todos os pavilhões e salas equipadas).	Apresenta uma infraestrutura inadequada para atender às crianças com deficiência.
Quanto aos recursos especiais	Apresenta recursos materiais didáticos e pedagógicos específicos.	Falta de recursos específicos.
Quanto à formação docente	Apresenta formação docente.	Não apresenta formação docente.
Quanto ao nível de conhecimento dos profissionais	Conhecimento ao nível básico, adquiridos na graduação.	Falta de conhecimento dos profissionais sobre deficiência e inclusão.

**Fonte:** Dados coletados pela autora.

Segundo a direção da Escola Santa Maria (nome fictício), as professoras possuem conhecimento sobre deficiência e recebem formação especializada, mas, em contrapartida, não conseguiram desenvolver práticas pedagógicas inclusivas para ensinar a essas crianças com deficiência. As professoras se sentem inseguras, pois tudo isso é muito recente e lhes falta experiência, uma vez que, na maior parte, quando essas crianças apresentam dificuldade para aprender, ou são enviadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou os próprios pais as tiram da escola, já que “não estão aprendendo nada”. De acordo com Mittler (*apud* MANTOAN, 2003, p. 21), “os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. [...] essa tarefa não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência”.

Já as professoras da Escola Santa Clara (nome fictício), segundo a coordenadora, “não possuem conhecimento sobre deficiência e muito menos recebem formação, e outra, uma parte delas nem mesmo têm graduação”. Para Mittler (2003, p. 35), “a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”. Assim, “a inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos” (MANTOAN, 2003 *apud* MITTLER, 2003, p.35).

É notório o descaso para com esses alunos, os quais vão para as escolas e não são realmente incluídos, pois “não participam das atividades e nem interagem com os demais alunos, ficam isolados num canto da sala apenas observando”, diz a professora da Escola Santa Maria em relação ao aluno surdo. “Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana” (MITTLER, 2003, p. 184).

Quanto à relação família-escola, as coordenadoras de ambas as escolas envolvidas, descrevem a necessidade de uma rede de apoio aos pais, pois eles têm muitas dificuldades de aceitar a deficiência e a situação do filho. A maioria deles criam expectativas muito grandes sobre a aprendizagem do filho e acabam por se desapontando e se convencendo de que “não adianta mais ir à escola se não estão aprendendo nada, melhor ficar em casa”. Para ajudar a esses pais fragilizados, a Escola Santa Maria conta com o apoio de uma freira, a qual conversa com eles, sensibilizando-os e conscientizando-os da deficiência do aluno, para que se consiga refletir criticamente em torno de conhecimentos, informações e sentimentos de pessoas com deficiência. Desse modo, o trabalho com a família passa a ser um cerne importante para o processo de inclusão na escola.

De acordo com a diretora dessa escola, “é de grande relevância que o estabelecimento de uma política educacional na área de inclusão escolar seja constituído de um trabalho coletivo, envolvendo pais, alunos, toda a comunidade escolar e diferentes esferas do poder público”.

## **CONCLUSÃO**

Após este estudo inicial, percebe-se que a inclusão de crianças com deficiência no sistema de ensino regular tem causado um grande impacto no âmbito educacional, pois remete, não só, à transformação escolar como também a social, implicando no respeito, na aceitação e valorização das diversidades e limitações do ser humano. Os principais resultados da pesquisa realizada nas

instituições de educação básica permitiram afirmar que o que está dificultando o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular são a falta de formação docente e a insuficiência da infraestrutura das escolas para receber e atender esses alunos.

Conclui-se que, para que o processo da educação inclusiva possa ocorrer de verdade, torna-se necessário não só a reestruturação e reorganização do ambiente escolar e a criação de programas de formação e acompanhamento contínuo que orientem o trabalho dos professores, como também se deve entrar no consenso de que esse processo é um trabalho em cooperação, envolvendo a parceira da família com a escola e educadores de todas as instâncias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Prefácio**. In: MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: Contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003, 264 p.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? – São Paulo: Moderna, 2003, Coleção cotidiano escolar.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. *Educação (PUC/RS)*, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar**: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação especial e educação inclusiva**: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. 2015. Disponível em: <<https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>>. Acesso em 9 set 2017.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003, 264 p.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. *Mensagem*, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.